

VULNERABILIDADE SOCIAL E PROCESSOS JUDICIAIS EM SAÚDE PARA O TRATAMENTO EM DIABETES NO INTERIOR PAULISTA (APOIO UNIP)

Aluno: Lucas de Souza Teixeira

Orientador: Prof. Dr. Gustavo D'Andrea

Curso: Direito

Campus: Ribeirão Preto

Na literatura temos escassez de informações sobre o perfil socioeconômico dos demandantes nos processos judiciais relacionados à saúde. Objetivou-se investigar a relação da renda declarada no índice paulista de vulnerabilidade social com a área do domicílio do litigante. Trata-se de um estudo ecológico que analisou as 470 ações judiciais individuais para o tratamento em diabetes mellitus, no Departamento Regional de Saúde XIII do Estado de São Paulo e na Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto/SP, durante o período de 2004 a 2013, confirmando a insulina glargina como o medicamento mais pleiteado. Em relação aos processos, houve predomínio de demandas ajuizadas pelo Ministério Público e, quanto à origem da prescrição médica, de consultório particular. Os dados do banco primário foram exportados para o Excel e os endereços dos demandantes foram geocodificados no programa QGIS 2.18. Após, foram georreferenciados por meio da latitude e longitude no programa Google Earth. Foi realizada a análise de autocorrelação espacial com a variável renda do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. Obteve-se associação entre a variável renda e as ações judiciais com o índice bivariado de Moran na maioria dos anos. Os nossos achados evidenciam que o aumento de demandas judiciais ao longo dos nove anos pela classe de maior renda pode ter sido um dos influenciadores na inclusão do medicamento, no cenário nacional, da insulina análoga de ação prolongada no Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Diabetes Mellitus tipo 1. Espera-se ter contribuído com aspectos importantes para a discussão da judicialização no direito à saúde.